



## ENTREVISTA COM SINÉIA WAPICHANA

Realizada por Thiago Mota Cardoso

---



*"O enfrentamento não pode parar pois o aquecimento está se agravando, e agrava junto com estas pandemias como a do coronavírus, esta que estamos vivendo, ou com o aumento dos desmatamentos na Amazônia e em outros lugares. Nossa resistência indígena é maior que as políticas que vão e vêm. "*

Sineia do Vale, da etnia Wapichana, liderança ativa no movimento indígena de Roraima e da Amazônia, há trinta anos vem se dedicando às questões ambientais, e, atualmente, coordena o Departamento Ambiental do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Entre os lavrados, matas e aldeias de Roraima, passando pela a cidade de Boa Vista até a capital federal, e de lá para os fóruns internacionais, Sinéia transita atuando nos entremeios da política indígena, indigenista e ambiental voltadas para às mudanças climáticas.

Sinéia Wapichana articula como ninguém as conexões sempre tensas, mas necessárias, entre os conhecimentos indígenas e o conhecimento científico nos projetos desenvolvidos pelo CIR junto aos povos indígenas de Roraima e, em outras escalas, nacional e internacional, se dedicam ao enfrentamento do aquecimento global. Sua trajetória como mulher indígena e liderança nos ensina os desafios que perfazem os caminhos dos povos indígenas no enfrentamento da devastação ambiental de seus territórios e na ocupação dos espaços políticos para terem suas vozes ouvidas e respeitadas como protagonistas de alternativas viáveis à construção do bem viver.

Sinéia nos concedeu esta entrevista de forma virtual pela qual, em plena pandemia da COVID-19, refletimos de forma breve sobre sua trajetória e os esforços dos povos indígenas no enfrentamento da mudança climática.



**COLETIVA – Gostaria de começar nossa conversa perguntando sobre sua trajetória no Conselho Indígena de Roraima (CIR). Como chegou a ser liderança e a atuar no tema das mudanças climáticas?**

**Sinéia Wapichana** – Trabalho no [CIR](#) [Conselho Indígena de Roraima] há quase 30 anos, eu tinha 17 anos quando comecei a atuar na organização. O CIR, além de ser um trabalho é um movimento que participo há bastante tempo atuando na questão do bem viver das comunidades indígenas. Quando eu era jovem comecei a trabalhar no CIR e foi lá, em 1998, que eu tive a primeira experiência com o Projeto Secas e Queimadas, onde a gente trabalhava bastante nas comunidades levando água e alimento, e trocando sementes de uma comunidade para outra que tinha perdido todas as suas sementes. Então, a gente já começou a trabalhar nesta linha. Em 2008, depois de trabalhar em outros projetos na área de saúde, eu me formei em gestão ambiental na universidade e comecei a trabalhar na organização, na época a gente não tinha nenhum projeto e começamos com a trabalhar na questão ambiental por necessidade. Às vezes as lideranças faziam fiscalização do território e não conseguiam ter muito êxito, ao invés dos invasores serem presos as lideranças que eram presas por fiscalizar.

Minha trajetória no CIR é essa. Sempre trabalhei lá, sempre participei das assembleias. No ano que vem o CIR fará 50 anos. Estou há bastante tempo nessa caminhada, mas o que eu mais gostava e sonhava em fazer sempre foi trabalhar na área ambiental, era realmente o que eu gostaria de fazer como pessoa. Era o que eu queria: me formar nessa área e poder atuar. Quanto tive esta oportunidade no CIR com a questão ambiental juntou o que eu gostava de fazer com o trabalho nas comunidades.

**COLETIVA – Qual a importância que o CIR dá à questão climática em sua atuação? Poderia nos elencar quais seriam as estratégias da organização e que projetos vem realizando para tratar dos efeitos do aquecimento do clima nos territórios indígenas?**

**Sinéia Wapichana** – Em 2008, comecei a trabalhar um pouco com a formação de agentes ambientais indígenas. No início procuramos dentro dos órgãos ambientais alguma forma de regularizar a atuação dos indígenas para que pudessem fazer estas ações com algum amparo legal. Buscamos o IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis], na época, e fizemos uma parceria para trabalhar com a ideia de agentes ambientais e descobrimos que existia um programa dentro do IBAMA para indígenas. Conseguimos fazer uma versão desse programa com material e tudo. Daí começamos a formar pessoas como Agentes Ambientais Voluntários, a primeira formação foi numa Terra Indígena aqui em Roraima, onde formamos mais de trinta agentes. Logo depois os agentes passaram a fazer monitoramento e orientação das pessoas, e quando o IBAMA emitiu uma carteira de agente ambiental foi que nós conseguimos lavrar um auto de constatação. Dentro do CIR criamos para lidar com toda esta informação. Depois que isso tudo chegava dos



agentes, passava primeiro pela assessoria jurídica depois era encaminhado aos órgãos competentes. Ficamos até 2010 com esse programa do IBAMA e, logo em seguida, o programa foi extinto e as carteiras recolhidas. Assim, o CIR resolveu assumir o programa que deixou de ser Agente Ambiental Voluntário do IBAMA para se chamar Agente Ambiental e Territorial do CIR. Assim começamos. Claro, existia muitas questões ambientais que a organização já discutia, mas enfatizamos ainda mais a importância de trabalhar na área ambiental.

Ampliamos a formação de agentes em todos territórios. Hoje, temos mais de duzentos agentes ambientais em formação continuada e estamos trabalhando, em Roraima, de forma bem eficiente nas comunidades para formar os agentes nestes novos temas como mudanças climáticas, monitoramento ambiental, queimadas e cheias. Assim, começamos a ter outros conhecimentos que, somados aos conhecimentos tradicionais nos deu mais informações para assessorar as lideranças nas comunidades que atuamos em Roraima. E todo este trabalho de base que vínhamos fazendo nas comunidades nos deu impulso para atuar em nível estadual, nacional e internacional, com todas as informações que vínhamos trabalhando, desde o levantamento socioambiental, os estudos de caso de mudanças climáticas, os planos de gestão territorial. Nos próprios planos de gestão começamos a colocar uma linha das mudanças climáticas. Então veja, é um conjunto de ações que estamos fazendo junto com os agentes ambientais e com brigadistas indígenas. Lembrando que hoje temos cinco brigadas indígenas atuando contra os incêndios nos territórios indígenas, com o suporte do IBAMA.

Isso não é suficiente, mas eles atuam na prevenção mais do que no combate ao incêndio, pois sabemos que sempre pode ter um grande incêndio numa área como a nossa que é ambiente de lavrado, onde no período de verão é muito propício para queimadas. Tem várias ações nessa linha.

Na linha das mudanças climáticas nós começamos a trabalhar com mapeamento climático junto aos agentes ambientais, obtendo muitas informações em diversos temas. Criamos um grupo de monitoramento em parceria com o [IPAM](#) [Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia], num programa chamado [SOMAI](#) [Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena], Alerta Clima Indígena. Nossos agentes trabalham nesse monitoramento através do uso de um celular e o CIR tem laboratório de elaboração de mapas, onde pega-se todos os dados coletados na base e um técnico em Sistema de Informações Geográficas, que é indígena Macuxi, faz todo trabalho de análise e produz mapas temáticos de clima. Esse programa tem alerta queimada, alerta garimpo, e tem nos ajudado muito aqui nas Terras Indígenas de Roraima. Os dados também podem ser baixados nos posto de saúde das aldeias que possuem internet, assim como as comunidades podem receber informações do laboratório aqui do CIR. Estamos trabalhando aliando estas tecnologias com os conhecimentos tradicionais, que não deixam de ser nossa fonte principal. E com tudo isso criamos subsídios para participar de várias instâncias.



É importante também o trabalho conjunto com pesquisadores das universidades, como o professor Alessandro Oliveira, da UnB, que nos ajudam estudando a percepção dos indígenas sobre o clima nos últimos anos e como tais mudanças vêm transformando a vida das comunidades, na caça, na pesca, na agricultura e na cultura. Tivemos muitas informações consistentes e com esse material, juntamente com as lideranças, publicamos um livro sobre mudanças climáticas e seu enfrentamento. Um livro que não foi publicado na internet e nem em canto nenhum porque na época as comunidades preferiram que não colocasse para o público, como livro aberto, mas, sim, mantê-lo como um plano interno de enfrentamento ao aquecimento local e global.

Tem várias questões no livro. Ele trata das sementes mais resistentes no verão. Fala sobre os igarapés que estão esquentando mais e como consequência os vários peixes regionais estão desaparecendo. Tem a questão dos cantos dos pássaros que eles acompanharam durante três anos, as mudanças dos tempos da plantação e as mudanças de épocas. São coisas que muitas vezes não se consegue medir com a ciência, mas que com a percepção e pela experiência e vivência dos povos indígenas conseguimos identificar como esses eventos estão mudando nossa vida e como estamos acompanhando seus efeitos nas plantações e nas criações. O tempo já não é o mesmo, e isso foi levantado por eles, pelos agentes e pesquisadores, durante este estudo.

Este foi o primeiro plano de enfrentamento das mudanças climáticas em todo Brasil, produzido por povos indígenas da Serra da Lua, pelo povo Wapichana. Na época o levamos para o Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, e ele ficou como referência no Plano Nacional de Adaptação. Este subsídio nos levou a estes espaços nacionais, como na criação da PNGATI [Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas]. Tivemos a criação de câmaras técnicas e uma delas foi de mudança climática. Fazíamos parte do comitê indígena de mudança climática formado só por indígenas, criado pela APIB [Associação dos Povos Indígenas do Brasil]. Este comitê nos dava amplo conhecimento, e criava espaço para o governo e o não governo para levar e trazer informações a nossa base. E nesse período surgiu essa questão da câmara técnica de mudanças climáticas e acabei me tornando a sua próxima coordenadora devido a nossa experiência no CIR. Comecei a coordenar a câmara técnica, eram reuniões com governo, indígenas, organizações da sociedade. A ideia era também subsidiar o Ministério das Relações Exteriores nas suas propostas para negociar nas COP [Conferências das Partes] das Nações Unidas, no tema povos indígenas e clima. Como CIR já vinha participando das conferências, não com apoio do governo, mas sim dos parceiros, mesmo com tradução tínhamos espaço formal e neles conseguíamos fazer incidência políticas em torno do clima, levando as vozes indígenas dos povos de Roraima e de todo Brasil. Assim começamos a fazer um trabalho a nível nacional e internacional, criando espaços para a representação indígena, tanto do CIR como de outras organizações regionais e de articulação destas organizações, para influenciar as políticas, informar as bases, escrever projetos e criar fundos para os povos indígenas.

Nesse caminho começamos a ocupar vários espaços, levando nossas experiências e trazendo aprendizados. E esse era o ponto mais importante, o caminho de volta da



informação. Como fazíamos e fazemos nas comunidades, pois as pessoas precisam saber o que está acontecendo, para além de achar que é uma questão que não as envolve, e começar a pensar como ser resiliente em suas comunidades. É um trabalho, veja bem, que a gente vinha fazendo para contribuir para que as comunidades indígenas pudessem ser vistas pelas potencialidades de seus conhecimentos tradicionais e de como tais conhecimentos poderiam ajudar com a questão das mudanças climáticas, justamente por nós termos a experiência de lidar diretamente com a floresta, com os rios, com os igarapés, com os animais.

Não esquecemos um ponto bem importante, a questão das mulheres. As mulheres têm papel importante dentro dessa questão da percepção de mudança do clima. Tem outros exemplos Brasil afora como as mulheres indígenas do Nordeste, por exemplo, como as mulheres Kiriri que já percebiam a importância desta questão climática, principalmente na saúde. Num encontro que tive com elas, elas diziam que o aquecimento influenciava a vida delas no ambiente e nos corpos delas.

**COLETIVA – Como percebem a mudança climática e os impactos no território onde vive? Li uma entrevista da Sra. onde você fala de aquecimento local e aquecimento global, como vê a percepção das comunidades indígenas sobre isto?**

**Sinéia Wapichana** – Aqui em Roraima são seis meses de inverno e seis meses de verão e quando tudo isso muda como vamos ter a consistência das sementes que plantávamos? Como isso vai mudar a vida das comunidades que esperam para plantar? Ainda mais quando toda parte de biodiversidade e das águas ficaram de fora da demarcação, o que fazer se é maior a dependência do inverno para plantar? Agora estamos com novas experiências para trabalhar com a água, para saber como colocar a água na produção, mas isso fica mais difícil com as mudanças dos ciclos da chuva e do verão em algumas comunidades indígenas, e isto cada dia se intensifica mais. A questão das mudanças climáticas está mudando muito o ciclo das chuvas e do verão e continuamos nesse trabalho. Recentemente criamos o projeto Bem Viver, implementado através do consórcio formado pelo CIR, o Instituto Internacional da Educação do Brasil [IEB] e Natureza e Cultura Internacional [NCI], onde fazemos monitoramento ambiental e a pecuária sustentável, justamente para trabalharmos a sustentabilidade e não deixar que os problemas se intensifiquem e nos prejudiquem e que sofremos com isto. Isso soma-se aos projetos que já estamos desenvolvendo. E continua o nosso esforço de ocupar os espaços.

Muitas comunidades não sabem que termo é este, mudanças climáticas. Se você chegar e falar “mudança climática”, não vão saber se fritam ou comem com farinha e o que fazer com isto, mas se você chegar e falar “o tempo está mudando né?”, daí poderemos perceber algumas questões de entendimento. Nosso estudo, por exemplo, registrava o que as pessoas falavam sobre a transformação do tempo e não sobre mudança climática, um entendimento e percepção de que o clima está mudando, o sol está mais quente, no inverno começou a ter inundações onde não tinha, como na área da Serra onde tivemos



uma inundação que desabrigou mais trezentas famílias e alagou as plantas. Algo que nunca tinha acontecido. Então algumas coisas estão acontecendo que já remete à percepção deles sobre o aquecimento, mas não nos termos da mudança climática. Quando começamos a perceber isto, da mudança climática local, ficávamos percebendo essas transformações. Mas já sabíamos do aquecimento global que para gente era mais geral, sabíamos pelos gráficos, “ há subiu tantos graus”... mas se formos olhar para comunidades indígenas que vive na biodiversidade do lavrado, estas vêm o impacto muito grande com a retirada do lavrado para plantação da soja, já sabem que vai impactar as comunidade do entorno. Veja também o desmatamento. As áreas desmatadas afetam as comunidades indígenas que ficam mais quentes e começam a ter mais pragas nas roças, que antes era totalmente orgânica. As pragas passaram da plantação da soja, cheio de agrotóxico para nossas roças. Isso é um impacto.

Quando falo de aquecimento local digo que isso é perceptível, quando a mata é retirada há todo um um aquecimento local que é maior do que na escala contabilizada pelo aquecimento global. Um aquecimento que não tinha, a comunidade era mais fria, fresca e com a retirada da mata aumentou os impactos e o aquecimento, inclusive secado e aquecendo os igarapés. O impacto da água para as comunidades é preocupante e ligado ao aquecimento local e global. Essa relação do aquecimento local e global foi uma vez confirmado para mim pelo Paulo Moutinho do IPAM, um importante cientista que estuda clima e que me deu uma resposta científica, assinando embaixo nosso conhecimento.

Hoje quando converso com outros pesquisadores eu falo que é importante aliar seus conhecimentos com os conhecimentos indígenas e tradicionais. Pois nós somos pesquisadores natos e nosso conhecimento pode ajudar com informações junto aos cientistas. Os povos indígenas são os que conservam até mais que uma unidade de conservação intocada e isso já está comprovado. E todo este esforço é para termos, no futuro, políticas públicas que olhem para estes povos como protagonistas, não só oferecendo Bolsa Verde, mas com políticas que fortaleçam o que eles estão fazendo para manter o clima local, nacional e mundial. E isto é para o bem viver de todas as comunidades indígenas que mantêm esta floresta em pé. Toda floresta de pé parte de um conhecimento que mantêm ela de pé.

### **COLETIVA – Esta “transformação do tempo” é percebida com preocupação pelas comunidades que você trabalha como algo catastrófico?**

**Sinéia Wapichana** – Em nosso trabalho com os agentes ambientais sobre percepção dos mais idosos eles sempre falam assim: “tá tudo mudado, até as estrelas estão mudando, nem as estrelas são as mesmas para a gente plantar”. Sempre falam que mesmo nessa mudança eles estão conseguindo se organizar. Eles não gostam dessa palavra adaptar, pois adaptar parece que eles estão se adaptando a algo que não é deles, que é do outro. Eles gostam da palavra enfrentar, de enfrentar as transformações de nossa maneira.





Mas tem algumas questões que são preocupantes. Como podemos enfrentar a seca com sementes que não são resistentes a esta seca? Por isso estamos trabalhando com os bancos de sementes, como o da Terra Indígena Raimundão, que já está pronto e monitorado com variedades de sementes de milho, mandioca, pimenta, principalmente de mandioca. Foi um direcionamento deste estudo e estamos querendo trabalhar a questão da rede de bancos de sementes, sementes locais, nativas. São bancos de sementes vivos, para experimentar as resistentes do inverno e do verão. A ideia é guardar as sementes para que todas as comunidades tenham sementes que ajudem a lidar com as mudanças do tempo e ajudem a plantar no inverno ou no verão, mesmo nas transformações e tempos adversos.

### **COLETIVA – Como estão as políticas públicas a respeito das mudanças climáticas no Brasil hoje? Ainda há os espaços para a participação indígena?**

**Sinéia Wapichana** – Hoje temos a PNGATI que ainda existe, não foi extinta, o decreto ainda existe. Temos ela como política nossa. Continuamos a fazer políticas nas bases. O Ministério do Meio Ambiente está totalmente parado, o comitê gestor e câmara técnica não estão mais funcionando. O comitê indígena de mudanças climáticas continua funcionando. Estivemos na Costa Rica recentemente. Temos que pensar que esta questão do clima é uma emergência e temos que atuar, mesmo que o governo pare, é uma necessidade das comunidades indígenas e de nossas organizações, no Brasil e em outros lugares do mundo. Nosso enfrentamento às mudanças climáticas não para quando os governos param, quando as câmaras técnicas deixam de funcionar, continuamos a fazer nosso trabalho. No nível internacional continuamos a atuar na plataforma de comunidades indígenas e povos tradicionais dentro da COP. Um espaço já instituído, com grupo de trabalho consistente, reconhecido pela UNFCCC [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima]. Eu sou membro desse grupo de trabalho e todo ano nós estamos indo para participar, ou trabalhar à distância.

O enfrentamento não pode parar pois o aquecimento está se agravando, e agrava junto com estas pandemias como a do coronavírus, esta que estamos vivendo, ou com o aumento dos desmatamentos na Amazônia e em outros lugares. Nossa resistência indígena é maior que as políticas que vão e vêm. Quando olhamos as esferas internacionais vemos que está aumentando a ênfase em nossos conhecimentos, reconhecimento e valor dos povos indígenas, nossos direitos conquistados e nossas contribuições no trilhar caminhos junto a todos os povos para enfrentar o aquecimento da terra. Há um avanço dos povos indígenas inegável como protagonistas nos espaços voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas, um avanço fruto de nossas lutas e conquistas.